

INTRODUÇÃO DO ARQUIVO ADRC-ST E FECOP

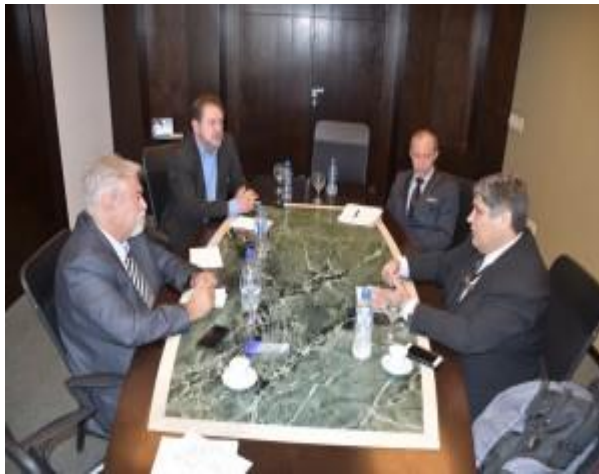


**ICMS ADRC-ST
PARANÁ**

**COMISSÃO DE
ASSUNTOS FISCAIS,
TRIBUTÁRIOS E
CONTÁBEIS DO CRCPR**



APRESENTAÇÃO DA EQUIPE



FONTE: <https://www.crcpr.org.br> de 16 de maio de 2018

A **COMISSÃO DE ASSUNTOS FISCAIS, TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS** É COORDENADA POR JOÃO ELOI OLENIKE. TAMBÉM FAZEM PARTE DELA OS CONTADORES DERMIVAL OLIVEIRA ALVES E LUIZ CARLOS DE SOUZA, CELITA ZAIDOVICZ PALTANIN E O ADVOGADO TRIBUTARISTA JOSÉ JULBERTO MEIRA JUNIOR.



**ICMS ADRC-ST
PARANÁ**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS FISCAIS,
TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS DO CRCPR**



SISTEMÁTICA DA RESTITUIÇÃO DO EXCESSO DE ICMS ST ATÉ 05/2002

Até maio de 2002, a sistemática de restituição ou complementação de ICMS ST, era realizada de forma manual por intermédio de demonstrativo e apresentação de cópia das notas fiscais de compra e venda, para fins de ressarcimento junto ao substituto tributário ou recuperação em conta gráfica.





EDIÇÃO DO CONVÊNIO ICMS 13 DE 21 DE MARÇO DE 1997



Cláusula primeira: A restituição do ICMS, quando cobrado sob a modalidade da substituição tributária, se efetivará quando não ocorrer operação ou prestação subsequente à cobrança do mencionado imposto, ou forem as mesmas não tributadas ou não alcançadas pela substituição tributária.

Cláusula segunda: Não caberá a restituição ou cobrança complementar do ICMS quando a operação ou prestação subsequente à cobrança do imposto, sob a modalidade da substituição tributária, se realizar com valor inferior ou superior àquele estabelecido com base no artigo 8º da Lei Complementar 87, de 13 de setembro de 1996.



A INCONSTITUCIONALIDADE DO CONVÊNIO ICMS Nº 13/97

A inconstitucionalidade do Convênio chegou a ser suscitada perante o Supremo Tribunal Federal (STF), no entanto, o STF Julgou improcedente, face a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1851-AL, **o regime da substituição tributária que tornou definitivo o fato gerador antes presumido**, não ensejando aos contribuintes o direito de restituição ou complementação de eventuais diferenças.





DECISÃO STF

ADI 1851 DE 08/05/2002



A partir de 08/05/2002 uma nova sistemática foi idealizada pelo STF.

DECISÃO EMENTA: TRIBUTÁRIO. ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. CLÁUSULA SEGUNDA DO CONVÊNIO 13/97 E §§ 6.º E 7.º DO ART. 498 DO DEC. N.º 35.245/91 (REDAÇÃO DO ART. 1.º DO DEC. N.º 37.406/98), DO ESTADO DE ALAGOAS. ALEGADA OFENSA AO § 7.º DO ART. 150 DA CF (REDAÇÃO DA EC 3/93) E AO DIREITO DE PETIÇÃO E DE ACESSO AO JUDICIÁRIO.

(...)

O fato gerador presumido, por isso mesmo, não é provisório, mas definitivo, não dando ensejo a restituição ou complementação do imposto pago, senão, no primeiro caso, na hipótese de sua não-realização final.





REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA ART.150 §. 7º DA CF.

O art. 150. destaca que:

(...)

§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido." (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)





DA REPERCURSÃO GERAL STF (RE 593.849-MG) 10/2016

ADIs 2675 PE e 2777 SP



EMENTA: Diante do exposto, voto no sentido de conhecer e dar provimento ao recurso extraordinário, sugerindo a seguinte tese de repercussão geral:

“É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS pago a mais no regime de substituição tributária “para frente”, quando a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida”



ICMS ADRC-ST
PARANÁ

COMISSÃO DE ASSUNTOS FISCAIS,
TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS DO CRCPR

ST PARANÁ – ADRC-ST – LINHA DO TEMPO



Tema 201 STF (Repercussão Geral) - Restituição da diferença de ICMS pago a mais no regime de substituição tributária.

CF / ICMS

ADI 1851 AL

ADIs 2675 PE e 2777 SP

RE 593849 MG

AMPLITUDE DO §7º DO ART. 150 DA CF/88

NPF 27/2017

MODULAÇÃO "EX NUNC"

1988/1989

MAIO 2002

20 DE OUTUBRO 2016

2018

2020

Art. 6 Lei 19.595 de 12.7.2018

Arts. 74, 86 e ANEXO IX e XII do RICMS/PR

Art. 31 da Lei 11580/96

Decreto 3.886, de 21.01.2020

RETROATIVIDADE A 20/10/2016 ???????

NPF 03, de 28.01.2020

Acrescentado o inciso pelo art. 6º da Lei n. 19.595 de 12.07.2018, produzindo efeitos a partir de 13.07.2018 (publicação).

Manual do ADRC ST

27/2017



DAS NORMAS CONVALIDADAS PELO CONFAZ

Convênio ICMS 67/2019 de 05/07/2019

Regime Optativo De Tributação - Estados
AM – PA – PB, PR, PE, RN, e SC

Obrigação - Deve atender o ano calendário e
somente poderá ser alterado no início do
exercício seguinte; e

Compromisso - Não aderir a restitui o em
troca da complementa o.





DAS NORMAS CONVALIDADAS PELO CONFAZ



**Convênio ICMS 207/2019 de
13/12/2019**

**Dispensa do recolhimento do ICMS
complementar sem juros e multa**

Prazo: até 30/06/2020

Períodos:

PR de 01/10/2016 a 31/01/2020

RS de 01/03/2019 a 31/12/2019



**ICMS ADRC-ST
PARANÁ**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS FISCAIS,
TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS DO CRCPR**

ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST

**ALTERAÇÕES PROVOCADAS
NA LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**

**LEI 19.595/2018
DECRETO Nº 3.886/2020
NPF Nº 003/2020
MANUAL ADRC – ST**

BENEFÍCIOS GERENCIAIS DO ARQUIVO

- ✓ Melhor **gestão** por parte do Estado nos resultado apurados;
- ✓ **Auditoria** das informações; e
- ✓ Adequação das **margens de lucro** por seguimento.



**ICMS ADRC-ST
PARANÁ**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS FISCAIS,
TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS DO CRCPR**

ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST



O QUE É ADRC-ST?

É o Arquivo Digital de Recuperação/Ressarcimento e Complementação da Substituição Tributária.

Foi desenvolvido para atender a decisão do STF (RE 593.849/MG).

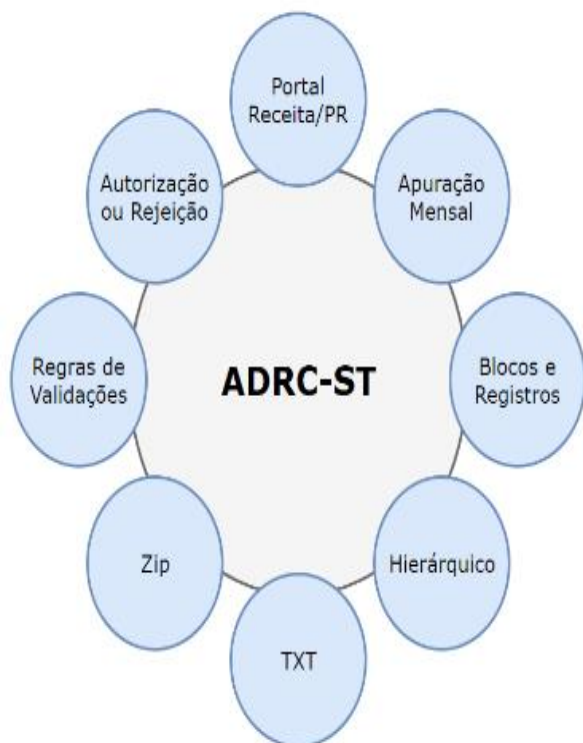
Objetivo: Disponibilizar aos Contribuintes substituídos uma ferramenta para prestar em informações necessárias à apuração do **ICMS ST** e **FECOP** – Fundo de Combate a Pobreza.



ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST

REGRAS DE VALIDAÇÃO DO ARQUIVO:

- ✓ A apuração será **mensal** e deverá abranger a totalidade das operações nas hipóteses de recuperação/ ressarcimento do imposto;
- ✓ As informações exigidas no ADRC ST serão apresentadas em um **único arquivo** para cada mês de referência;
- ✓ **Validação do arquivo** considera o momento da emissão do recibo; e
- ✓ Transmissão através site **www.adrcst.pr.gov.br**



FONTE: ADRC - ST - <http://www.cogef.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Apresentacao-ADRC-ST-COGEF.pdf> ACESSADO EM 28/05/2020



ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST

CRITÉRIOS PARA APURAÇÃO DO IMPOSTO



- ✓ Na falta do valor do ICMS ST da operação anterior, pode aplicar a alíquota interna sobre a base da ST anterior;
- ✓ Na impossibilidade de saber a base da ST, pode ser aplicado alíquota interna sobre o valor das aquisições;
- ✓ A quantidade de cada item, deve ser representada pela menor unidade de medida de comercialização adotada pelo Contribuinte;
- ✓ Resultado da apuração será representada pelo registro 9000, contém o somatório dos registros 1200, 1300, 1400 e 1.500.
- ✓ Prazos de recolhimento pelo regime normal é o dia 12 do mês subsequente, e a empresa optante do Simples é até o 3º dia do segundo mês subsequente (artigo 74 RICMS).



ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST

OBRIGAÇÕES PARA GERAÇÃO DO ARQUIVO

- A ADRC-ST deverá **contemplar** todas as obrigações sujeitas a substituições tributárias, **independente se há ou não valor** a ressarcir ou complementar;
- Escriturar o inventário dos estoques do mês anterior ao da referência do arquivo da ADRC-ST **através do bloco H da EFD**;
- Empresas **optantes pelo Simples Nacional** que não utilizar o EFD, fica obrigado preencher o registro 1010 (inventário);
- Permitido a **compensação simultânea** de saldo de imposto a recuperar e complementar no mesmo mês de apuração registro 9000 do ADRC-ST; e
- Havendo a **complementação do imposto**, será efetuado **através da EFD** código ajuste PR000092.



ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST

ENTREGA POR CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO

O Estado poderá solicitar a entrega para os **centros de distribuição que centraliza as aquisições comercialização de seus estabelecimentos filiais**, substituídos tributários (artigo 6-C §1º do anexo IX)

Arquivo Normal



Contribuinte entrega para solicitar a recuperação, ressarcimento ou complementação do ICMS

Arquivo Centro de Distribuição



Fisco solicita o arquivo do centro de distribuição

FONTE: ADRC - ST - <http://www.cogef.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Apresentacao-ADRC-ST-COGEF.pdf> ACESSADO EM 28/05/2020



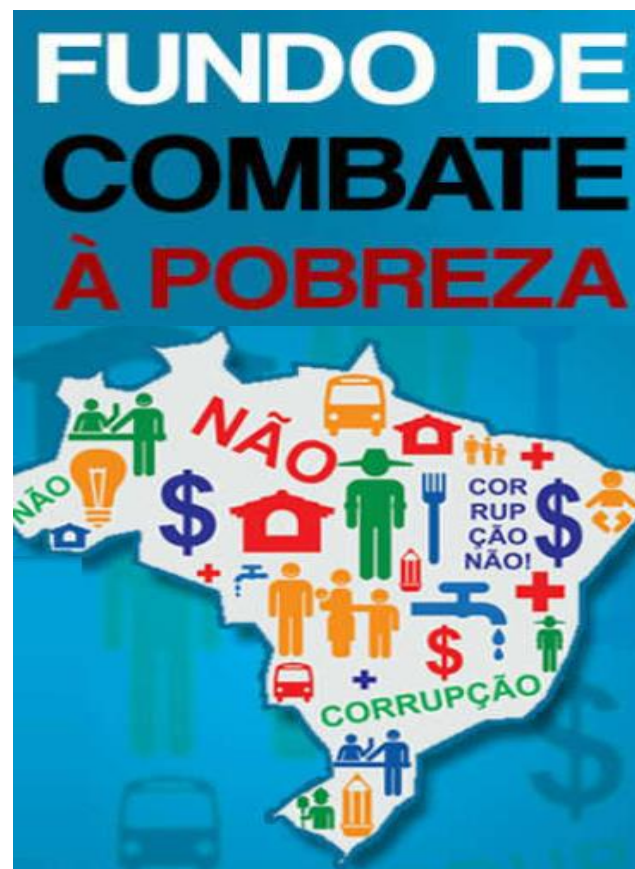
**ICMS ADRC-ST
PARANÁ**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS FISCAIS,
TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS DO CRCPR**

ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST

DO FUNDO DE COMBATE A POBREZA – FECOP

- ✓ Em relação ao **adicional FECOP**, deve seguir os mesmos procedimentos aplicados ao **ICMS ST**;
- ✓ **Vedado** o lançamento em conta gráfica; e
- ✓ Caso de complementação o **recolhimento** será através GR-PR código 5037.



ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST

PROCEDIMENTOS SUBSTITUÍDOS

DOS

CONTRIBUINTES



- **Recuperar em conta gráfica**, mediante utilização do código de ajuste da apuração PR020170 na EFD, ou ressarcir-se junto a qualquer estabelecimento de fornecedor que seja eleito **substituto tributário**, da diferença do imposto, na **hipótese de o fato gerador se realizar por valor inferior**;
- **Complementar a diferença do imposto**, na **hipótese de o fato gerador se realizar por valor superior**, no prazo de que trata o inciso XIX do art. 74 deste Regulamento, mediante utilização do código de ajuste da apuração PR000092 na EFD; e
- **Operações com base reduzida**, deve ser aplicado o mesmo percentual por ocasião dos valores das saídas.



ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST

RECUPERAÇÃO, RESSARCIMENTO E RESTITUIÇÃO DO ICMS ST e DO FECOP

Saídas interestaduais – deve efetuar o estorno do imposto debitado de sua operação, através do código de ajuste Pr030301;

Apropriação de créditos, deve ser individualizado:

- a) saída para outros estados código de ajuste PR020211;
- b) saída interna consumidor final código de ajuste PR020170;
- c) saída interna para optante simples, código de ajuste PR020222
- d) Saída interna artigo 119 anexo IX código de ajuste PR020171



ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST

FORMAS DE RESSARCIMENTO ST E FECOP:

- ✓ Perante a qualquer **substituto**;
- ✓ Requer **autorização** do pedido através da agencia de rendas;
- ✓ Emitir **nota fiscal** CFOP 5603 ou 6603; e
- ✓ Estabelecimento de destino mediante **despacho autorizativo** poderá deduzir no próximo recolhimento.



ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST

COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO RECUPERAÇÃO, RESSARCIMENTO E RESTITUIÇÃO DO ICMS ST e DO FECOP

das operações com combustíveis – SCANC:

- ✓ **Inspetor de Fiscalização** valor superior a 1000 UPF/PR;
- ✓ **Chefe do Setor de Combustíveis** valor inferior a 1000 UPF/PR;

das operações com as demais atividades – SCANC:

- ✓ Delegado da receita do Domicilio Tributário do contribuinte para demais operações.
- Recuperação em conta gráfica, fica dispensado de autorização.
- Restituição em espécie na impossibilidade de ressarcimento perante ao substituto.

SISCREDI – vedada habilitação dos créditos. (substitutos)



ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST

PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO

O art. 2º, o Decreto nº 3.886/2020 passou a vigorar na data da sua publicação, ocorrida em 21.01.2020, “**produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020**”.

- ✓ A entrega da ADRC-ST passou a ser **imediata**;
- ✓ **O recolhimento da diferença do imposto passou a ser obrigatório desde 20.10.2016**;
- ✓ O Decreto nº 3.886/2020 e a Norma de Procedimento Fiscal nº 003/2020 **não preveem prazo para os contribuintes regularizarem o ADRC-ST** junto ao Fisco Estadual; e
- ✓ O Convênio ICMS nº 67/2019 **autorizou o Estado do Paraná a não exigir multas e juros** relativos à complementação do ICMS-ST caso a regularização e pagamento ocorram até 30.06.2020.



ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST

DA RETIFICAÇÃO DOS ARQUIVOS ENTREGUES

É possível a retificação do arquivo original, contemplando todas informações.

Por meio de requerimento dos motivos da retificação e declaração sucinta das alterações.

ADRC - Consulta ADRC-ST

Dados da Pesquisa

Tipo da Consulta

CNPJ

Inscrição Estadual

Recibo de Entrega

Recibo de envio de arquivo ADRC-ST

ADRC - Resultado da Consulta de Arquivo com Erros

Dados do ADRC

Nome Empresa

CNPJ

Mês/Ano Referência

Data de Envio

Recibo de Entrega do Arquivo

CPF de Envio do Arquivo

Download do Arquivo Enviado

Download do Arquivo de Erros

Erros

Labela com Erros do Arquivo

Linha	Registro	Campo	Mensagem	Regra
1	0000	CNPJ_CD	Campo vazio ou com valor inválido: [undefined]	
1	0000	IE_CD	Campo vazio ou com valor inválido: [null]	
2	1000		Muitos campos no registro (esperado: 13)	
3	1010		Muitos campos no registro (esperado: 6)	
3	1010	COD_ITEM	Campo vazio ou com valor inválido: []	
3	1010	UNID_ITEM	Campo vazio ou com valor inválido: []	
3	1010	QTD	Campo vazio ou com valor inválido: []	
3	1010	VL_TOT_ITEM	Campo vazio ou com valor inválido: []	
4	1100		Muitos campos no registro (esperado: 6)	
5	1110		Muitos campos no registro (esperado: 17)	
5	1110	COD_RESP_RET	Campo vazio ou com valor inválido: []	
5	1110	UNID_ITEM	Campo vazio ou com valor inválido: []	

FONTE: ADRC - ST - <http://www.cogef.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Apresentacao-ADRC-ST-COGEF.pdf> ACESSADO EM 28/05/2020



**ICMS ADRC-ST
PARANÁ**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS FISCAIS,
TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS DO CRCPR**

ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST



MULTAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

- ✓ **A não entrega do ADRC-ST também será passível de multa**, podendo o Fisco Estadual enquadrar a infração do Contribuinte em uma das seguintes sanções:
- ❖ **6 UPF/PR** por período de apuração que **deixar de transmitir** os elementos necessários à informação e apuração do imposto (art. 55, § 1º, XV, *a*, da Lei nº 11.580/96); ou
- ❖ **20 UPF/PR**, por período de apuração do imposto, caso a empresa realizar a **transmissão da EFD sem as informações** a ser obrigatoriamente apuradas no ADRC-ST (art. 55, § 1º, XXIII, *a*, da Lei nº 11.580/96).



ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST

MULTA - FALTA DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO COMPLEMENTAR

- ✓ A não apresentação do ADRC-ST e a **falta de recolhimento da complementação do ICMS-ST** sujeitam a empresa a uma série de multas.
- ✓ Primeiro, a falta de informação da complementação do ICMS-ST via ADRC-ST e consequente não recolhimento do imposto sujeita-se à **multa de 40%** (art. 55, § 1º, II, da Lei nº 11.580/96).
- ✓ **Redução de multa será reduzida para 20%** caso a empresa entregue o ADRC-ST apontando o débito do imposto, mas deixe de efetuar o recolhimento (art. 55, § 1º, I, da Lei nº 11.580/96).



ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST

RISCOS E DIFICULDADES PARA GERAÇÃO DO ARQUIVO



- ✓ Inexistência de software adaptável a todos os seguimentos;
- ✓ Sistema não estavam preparados para guardar as informações da base de cálculo e valor da ST;
- ✓ Erros de tributação do cadastro de produtos das empresas;
- ✓ Notas fiscais de aquisições sem a indicação da base de cálculo da ST e FECOP (varejistas e empresas do Simples);
- ✓ Necessidade do XML das entradas e saídas;
- ✓ Levantamento de estoques confiáveis;
- ✓ Volatilidade de alterações nas margens de lucros e PMPF; e
- ✓ Surpresa dos contribuintes – geração de arquivo com saldo devedor.



ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST

OBRIGAÇÕES DOS SUBSTITUTOS TRIBUTÁRIOS



- Destacar o valor que **serviu de base de cálculo** para a retenção e o **valor do ICMS ST** retidos para cada item da nota fiscal;
- **Indicar o valor do Fecop retido** para cada item da nota fiscal; e
- Campo "Reservado ao Fisco a expressão **"SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - ST"**, seguida do número do correspondente artigo RICMS ou do respectivo protocolo ou convênio.



ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST

OBRIGAÇÕES SUBSTITUÍDOS

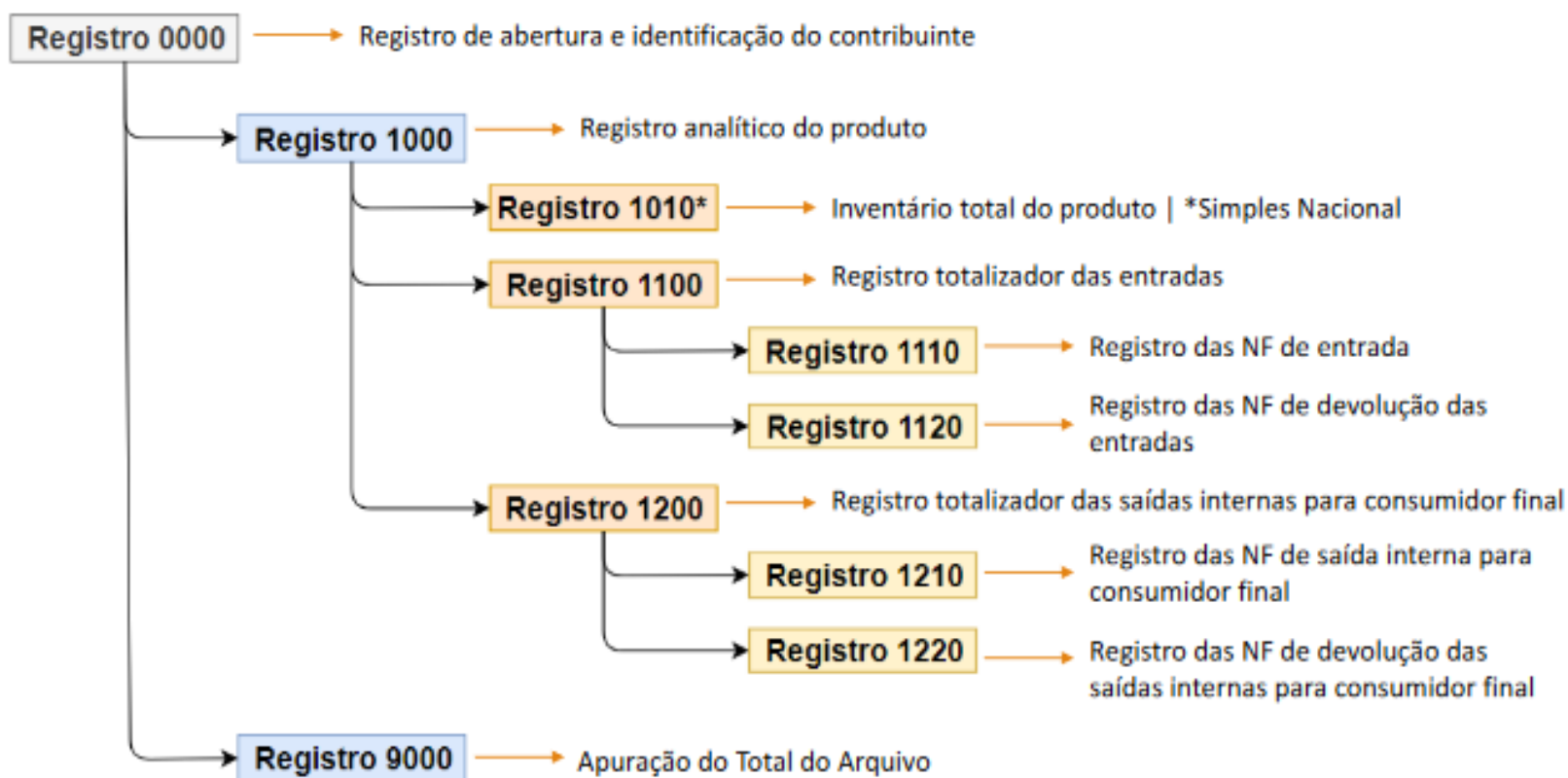
DOS

CONTRIBUINTES

- ✓ Escriturar a nota fiscal do fornecedor no registro específico da EFD, correspondente à coluna "Outras - Operações ou Prestações **sem Crédito** do Imposto";
- ✓ Emitir nota fiscal, por ocasião da saída, **sem destaque do imposto**;
- ✓ Indicar nos campos específicos, o **valor que serviu de base de cálculo para a retenção e o valor do imposto e do adicional destinado ao FECOP**; e
- ✓ Indicar no **campo reservado ao Fisco**, a expressão **"SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - ST"**, seguido do embasamento legal previsto conforme o tipo de mercadoria;



ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST



FONTE: ADRC – ST - <http://www.cogef.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Apresentacao-ADRC-ST-COGEF.pdf> ACESSADO EM 28/05/2020



**ICMS ADRC-ST
PARANÁ**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS FISCAIS,
TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS DO CRCPR**

ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST

0000|100|032018|99999999991114|88888888101|EMPRESA FICTICIA|1|1|1|
1000|0|1-00395587717893299907791|185287200|2106800|TV 32 LED HD LG 32LJ600B DTV/USB/WIFI|PC|18|23|2|
1100|23|906,85|0,00|4011,89|174,43|
1110|02022018|2|60|4110023123400440000112445444444555665437777|2567575|77777770707770|PR|99999999991114|PR|5409|0|PC|2|907,63|355,55
1110|06032018|2|60|41180345610165515466658552226545222184731981|2601558|77777778787778|PR|99999999991114|PR|5409|8|PC|16|986,17|2840,17
1110|29032018|2|60|41180012554846523255546586546264546544731981|2601558|77777778787778|PR|99999999991114|PR|5409|6|PC|5|906,85|816,17
1200|2|518,36|348,86|0,00|169,50|0,00|169,50|0,00|0,00|
1210|27032018|60|41180335466549998552200123666549998744467329|25873|99999999991114|PR|94985456934|PR|5405|1|PC|1|1349,90|242,98
1210|29032018|60|4118035452550012456688798885522125544973566|25928|99999999991114|PR|74911643900|PR|5405|1|PC|1|1529,90|275,38
1000|1|1-003833585|7891356065552|85081900|2104000|ASP 1800W PHILCO EASY CLEAN TURBO PTO 110V|PC|18|2|9|3|
1100|9|203,76|0,00|330,12|36,68|
1110|13032018|2|60|41180799987866522200013225648589874456654551|2610082|77777778787778|PR|99999999991114|PR|5409|4|PC|8|203,79|293,45
1110|27032018|2|60|41180132355646888522654622123654654584452551|2610082|77777778787778|PR|99999999991114|PR|5409|8|PC|1|203,76|36,67
1200|3|215,46|110,04|0,00|105,42|0,00|93,70|0,00|11,71|
1210|05032018|60|41181236544988844556652222110001124444588875|25155|99999999991114|PR|45499888840|PR|5405|1|PC|1|399,00|71,82
1210|17032018|60|41180778456654885522011236544562215598545820|25583|99999999991114|PR|PR|5405|1|PC|1|399,00|71,82
1210|24032018|60|411803456668985455654565488945656546659301|25808|99999999991114|PR|678998744489PR|5405|1|PC|1|399,00|71,82
1999|20|
9000|0,00|263,20|0,00|11,71|0|0|0|0|
9999|22|

FONTE: ADRC - ST - <http://www.cogef.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Apresentacao-ADRC-ST-COGEF.pdf> ACESSADO EM 28/05/2020



**ICMS ADRC-ST
PARANÁ**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS FISCAIS,
TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS DO CRCPR**

ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST



Arquivo Digital ST
Envio do Arquivo ADRC-ST
Consulta ADRC-ST
Controle de Entrega do ADRC-ST

ADRC - Envio de Arquivo

CNPJ

99.999.999/9999-99

CNPJ da empresa referente ao arquivo ADRC-ST

Nome/Razão Social

Inscrição Estadual

Arquivo Enviado com Sucesso

Recibo de Entrega
7590046300017110291801011

Para consultar o recibo de entrega clique aqui para obter o detalhamento detalhado sobre o envio do Arquivo Digital ST (Gerar Arquivo ADRC-ST)

Fechar

Original Substituto

Tipo do Arquivo

ADRC-ST ADRC-ST CD

Enviar Arquivo

FONTE: ADRC - ST - <http://www.cogef.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Apresentacao-ADRC-ST-COGEF.pdf> ACESSADO EM 28/05/2020



**ICMS ADRC-ST
PARANÁ**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS FISCAIS,
TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS DO CRCPR**

ARQUIVO DIGITAL ADRC-ST

CONSULTA DOS ARQUIVOS

ADRC - Consulta ADRC-ST

Dados da Pesquisa

Tipo da Consulta

CNPJ

Inscrição Estadual

Protocolo

Recibo de Entrega

Recibo de envio do arquivo ADRC-ST

ADRC - Resultado da Consulta de Arquivo

Dados do ADRC

Protocolo de Autorização

P0000000013

Recibo de Entrega do Arquivo

761894060012601201900014

Nome Empresa

CONDOR SUPER CENTER LTDA

Inscrição Estadual

101

Mês/Ano Referência

01/2019

Situação do Arquivo

Autorizado

Data de Autorização do Arquivo

23/08/2019 14:50:35

Data de Envio

23/08/2019 14:50:24

CNPJ

██████████

CPF de Envio do Arquivo

54-██████████-33

Tipo do Arquivo

ADRC-ST

Finalidade do Arquivo

Original

Download do Arquivo Enviado

Registros

0000

9000

Voltar

FONTE: ADRC - ST - <http://www.cogef.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Apresentacao-ADRC-ST-COGEF.pdf> ACESSADO EM 28/05/2020



**ICMS ADRC-ST
PARANÁ**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS FISCAIS,
TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS DO CRCPR**



**ICMS ADRC-ST
PARANÁ**



**ICMS ADRC-ST
PARANÁ**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS FISCAIS,
TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS DO CRCPR**

Celita Zaidovicz Paltanin

Contadora - Bacharel em Ciências Contábeis; FAE – Faculdade Católica de Administração e Economia, 1986; Pós-graduada em Controladoria – Universidade Federal do Paraná - em 1999; MBA em Gestão de Negócios de Contabilidade – FAMEC – 2005; Membro da Comissão de Estudos Tributários, Fiscais e Contábeis do CRC/PR.

Dermival Oliveira Alves

Contador - Bacharel em Ciências Contábeis; FAE – Faculdade Católica de Administração e Economia, 1987; pós-graduado em Auditoria Contábil - FAE – Faculdade Católica de Administração e Economia em 1996; sócio da Perfil 10 Soluções Contábeis SS.; Advogado - Bacharel em Direito, pela Uniandrade em 2006; atualmente é sócio Fundador da D. Oliveira Advogados Associados, atua no ramo do Direito Tributário e Direito Empresarial. Membro da Comissão de Estudos Tributários, Fiscais e Contábeis do CRC/PR; Especialista em Direito Tributário, pós-graduando pela Academia Brasileira de Direito Constitucional – Abdconst.

João Eloi Olenike

Contador. Presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação – IBPT. Membro do Conselho de Tributação da Associação Comercial de Curitiba – Pr. Membro do Conselho de Tributação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP. Conselheiro efetivo do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná – CRCPR. 2014/2017. Membro da Câmara Técnica e da Comissão de Transparência Pública do CRCPR. Perito Judicial em várias áreas da justiça, principalmente nas Varas da Fazenda. Empresário, diretor da Expert JA, com atividades de auditoria, consultoria e planejamento tributário. Professor Universitário de Cursos de Pós-graduação. Membro da Comissão de Estudos Tributários, Fiscais e Contábeis do CRC/PR.

José Julberto Meira Junior

Advogado; Pós-Graduado em Direito Tributário; Mestre em Direito Empresarial e Cidadania. Assessor Jurídico de várias empresas; Instrutor, Palestrante e Conferencista na área de Tributos Indiretos há mais de 30 anos; autor e organizador de obras jurídicas na área tributária; ex-Consultor Jurídico do Grupo IOB e do Grupo ACTO; professor Universitário nas Cadeiras de Direito Tributário, Planejamento Tributário, Direito do Consumidor, Comercial e Societário, em cursos de graduação e pós-graduação; membro do Instituto de Direito Tributário do Paraná (IDT/PR); membro honorário do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT); membro da Comissão de Direito Tributário da OAB/PR; membro do Grupo de Estudos Tributários da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP); membro da Comissão de Estudos Tributários, Fiscais e Contábeis do CRC/PR. Atualmente é Consultor Jurídico Tributário na empresa CONSULT Consultoria Empresarial; sócio de Cathedra Cursos Empresariais e associado do escritório Jurídico Maran, Gehlen Advogados Associados.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS FISCAIS,
TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS DO CRCPR**

Luiz Carlos de Souza

Contador. Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Atualmente é PROFESSOR da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Ciências Contábeis. Membro da Comissão de Estudos Tributários, Fiscais e Contábeis do CRC/PR.